

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

MELY PAULA CIMADEVILA PAREDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS UNIVERSITÁRIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1966-1972): As Implicações da Nova Legislação para a UFRGS**

Porto Alegre

2018

MELY PAULA CIMADEVILA PAREDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS UNIVERSITÁRIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1966-1972): As Implicações da Nova Legislação para a UFRGS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helgio Trindade

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas, Capacidade Estatal e Gestão de Políticas Públicas.

Porto Alegre

2018

MELY PAULA CIMADEVILA PAREDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS UNIVERSITÁRIAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA (1966-1972):
As Implicações da Nova Legislação para a UFRGS**

Dissertação aprovada para a obtenção do
Título de Mestre em Políticas Públicas no
Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul pela banca examinadora.

Aprovada em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

Banca examinadora formada por:

Prof. Dra. Maria Beatriz Luce – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Lígia Mori Madeira – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Maria Izabel Noll – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível com o apoio de pessoas que abriram portas e espaço para que eu pudesse escrever essa dissertação em meio a todas as mudanças e transformações que o universo me trouxe nestes últimos dois anos. Por isso, agradeço imensamente ao meu orientador, professor Helgio Trindade, pela paciência e perseverança em todos os momentos dessa jornada e pelos muitos livros emprestados que, além de fundamentar o trabalho que segue, ampliaram meus horizontes e perspectivas. À professora Maria Beatriz Luce, pela sua generosidade em enviar contribuições e anotações referentes ao projeto de qualificação e por sua disponibilidade em participar da banca de defesa. À professora Mariângela Bairros, por suas contribuições e participação na banca de qualificação. Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS e seus professores, em especial às professoras Lígia Mori Madeira, Izabel Noll e Letícia Maria Schabbach; e ao professor André Marengo, que se mostraram solícitos e compreensivos em momentos delicados ao longo do curso. À Ana Lucia de Macedo Rüdiger, do Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central e à Rosemeri Antunes dos Santos, secretária do Conselho Universitário (CONSUN) da UFRGS, pela constante disponibilidade, gentileza e presteza ao longo das constantes visitas para investigação dos documentos. Aos professores Francisco Pedro Pereira De Souza, Roberto da Costa Facchin, Gerhard Jacob (In Memoriam) e Ruben George Oliven, por suas contribuições ao trabalho. Aos colegas Rosemeri Feijó, Leonardo Geliski e César Pedrosa pelo carinho, apoio e incentivo constantes, fundamentais nesta reta final. À Gilmara Cecílio e Maria Helena Bernardes, que cuidaram da revisão e formatação do trabalho final. À minha mãe, Mely Cimadevila; minha tia, Dina Mary Cimadevila; meu tio, Antonio Rabàdan; e minha avó, Paula Rabàdan Cimadevila, que estiveram ao meu lado sob quaisquer circunstâncias, dando todo o carinho, apoio e especialmente seu tempo para que a conclusão deste trabalho fosse possível. À minha filha Antonia, que foi gestada, nasceu e tem crescido junto comigo e com este trabalho e ao meu avô, Secundino Cimadevila, que desde sempre me mostrou o valor e a beleza dos estudos, me ensinou que levamos conosco apenas aquilo que aprendemos e dedicou tanto da sua vida em criar condições para que eu pudesse seguir estudando. Esta dissertação é dedicada à memória dele.

“Que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a universidade que está nos nossos corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades.”

(Florestan Fernandes, 1994)

RESUMO

Este é um estudo clássico para o campo de políticas públicas: de um lado, buscou-se a concepção e a elaboração de uma sequência de Decretos-Lei e Lei promulgados pelo governo durante a ditadura civil-militar; de outro, se observou o processo de implementação dessas políticas e a reestruturação das universidades públicas brasileiras. Assumindo que as referidas determinações legais - Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67 e Lei n.º 5.540/68 - compuseram um novo cenário no que se refere às políticas públicas, buscando "reformular" o modelo de referência das universidades até então vigente no país, esta pesquisa se debruça no comportamento institucional da UFRGS e de seus atores diante das novas exigências legais para compreender suas implicações no processo de mudança institucional da universidade. Para tanto, foram usadas como fontes: a *Coleção U* da UFRGS na Biblioteca Central, Atas do Conselho Universitário (CONSUN), o Plano Global elaborado pela empresa consultora Assessoria de Planejamento (ASPLAN S.A.), os estudos que serviram de base para a construção dos planos de reestruturação da UFRGS, bem como entrevistas, relatórios e demais documentos referentes ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade 1. Ditadura Civil-Militar 2. Reestruturação Universitária 3. Políticas Públicas 4. Legislação para Ensino Superior 5.

ABSTRACT

This is a classical study for the public policies field: on one hand the conception and the elaboration of a sequence of Decree Laws and Law promulgated by the government during the civil-military dictatorship; on the other hand, the process of implementing those policies and the reformation of the public Brazilian universities was observed. Assuming that, the aforementioned legal determinations - Decree Laws n° 53/66 and n° 252/67 and Law n° 5.540/68 - built up a new scenario regarding public policies, in attempt to "reform" the reference model of the universities until then, this research focuses on the institutional behavior of UFRGS and its actors in face of new legal requirements to understand its implications in the institutional change process of the university. Sources: The University Collection (Central Library), the minutes of the University Council (CONSUN), the Global Plan developed by the Planning Office (ASPLAN S.A.), the first studies used as the basis for the UFRGS restructuring plans, as well as interviews, reports and other documents related to the subject.

KEYWORDS: University 1. Civil-Military Dictatorship 2. Restructuring University 3. Public Policy 4. Higher Education Legislation 5.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF – Modelo de Coalizões de Defesa (Advocacy Coalition Framework)
AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informações
AI – Ato Institucional
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
ASPLAN S.A. – Assessoria de Planejamento Sociedade Anônima (empresa paulista de consultoria e planejamento)
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIS – Comissões Especiais de Investigação Sumárias
CER – Comissões de Ensino e Recursos
CFE – Conselho Federal de Educação
CISMEC – Comissão de Investigação Sumária do MEC
CLR – Comissões de Legislação e Regimento
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
COCEP – Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa
CONSUN – Conselho Universitário
COPERSO – Comissão Permanente de Seleção e Orientação
COPLAD – Conselho de Planejamento e Desenvolvimento
CPD – Centro de Processamento de Dados
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DAs – Diretórios Acadêmicos
DCE – Diretório Central de Estudantes
DEE – Diretório Estadual de Estudantes
DESu – Divisão de Ensino Superior do MEC
DNE – Diretório Nacional de Estudantes
DSI – Divisão de Segurança e Informações do MEC
DSN – Ditadura de Segurança Nacional
EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EPES – Equipe de Planejamento do Ensino Superior
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTRU – Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEP – Instituto de estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPMs – Inquéritos Policial-Militares
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SNI – Serviço Nacional de Informações
SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento do Sul do País
UBA – Universidad de Buenos Aires
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – Agência dos Estados Unidos da América para Desenvolvimento Internacional
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 UNIVERSIDADE E DITADURA MILITAR (1966-1972): A "EXCEÇÃO" BRASILEIRA NO CONE-SUL	17
2 A NOVA LEGISLAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	29
3 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE 1968 NA UFRGS E AS IMPLICAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE	49
4 A CONSULTORIA DA ASPLAN, A PROPOSTA DE UM PLANO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO E A MUDANÇA INSTITUCIONAL DA UFRGS	69
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Nesta Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada à linha de pesquisa em Instituições Políticas, Capacidade Estatal e Gestão de Políticas Públicas, propus-me a analisar o processo de reestruturação universitária protagonizado pela UFRGS durante a implementação das políticas públicas de “reforma” estabelecidas pela ditadura civil-militar no país, durante as décadas de 1960 e 1970.

São inúmeros os registros bibliográficos que dão conta do processo de reestruturação das universidades, sobretudo das federais, que foram submetidas a políticas impostas autoritariamente pela ditadura civil-militar. Recentemente foi publicado um dos livros que faz uma abrangente análise sobre o tema – *As Universidades e o Regime Militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2014) – no entanto, por seu escopo geral sobre a conjuntura política de reformulação das universidades acaba por não conseguir captar as diferentes situações regionais que ocorreram nas diferentes instituições universitárias do país. Outras análises mais focadas foram feitas anteriormente sobre o tema, dentre as quais destaca-se o artigo de Demerval Saviani – *Legado educacional do regime militar* – de 2008¹, em que o autor retoma a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, destacando que ainda hoje se fazem presentes na educação brasileira; outro artigo relevante foi de Helena Bomeny - *A reforma universitária de 1968: 25 anos depois* - que faz um balanço histórico a respeito do processo de reestruturação vivido pelas instituições universitárias do país. No entanto, a área carece de estudos específicos das diferentes universidades que foram “adaptadas” às políticas exigidas, como o caso da UFRGS, que é um exemplo que merece ser analisado em seu contexto próprio.

O referencial teórico desta pesquisa reconstitui grande parte dos marcos históricos comuns a todas universidades, como a promulgação dos Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67, os acordos de financiamento com a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) - cuja primeira e mais importante análise encontra-se na pesquisa do cientista político uruguaio René Dreifuss sob o título

¹ SAVIANNI, Demerval em Cadernos CDES, Campinas, vol. 28, n.º 76, p. 291-312, set/dez. 2008.

1964 – *A Conquista do Estado*², realizada com base em farta documentação do IPES como principal corpus documental, - a criação do grupo de trabalho para desenvolvimento do anteprojeto do que viria a ser a Lei n.º 5.540/68, fazendo referência também às mobilizações estudantis lideradas pela UNE (União Nacional dos Estudantes), sobretudo antes de 1964, e que tiveram impacto sobre a ação do governo em relação à Lei promulgada em fins de 1968.

O papel do movimento estudantil e sua pauta de lutas políticas em favor da reforma universitária antes do golpe civil-militar também conta com uma extensa bibliografia, com estudos de caso de diversas instituições, inclusive com trabalhos que analisam o caso da UFRGS e suas relações com a UEE³ (União Estadual dos Estudantes), como a pesquisa de mestrado de Magda Oliveira Pinto - *A Reforma universitária como política estudantil: A UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)* - para o Programa de Pós Graduação em Ciência Política da universidade, também orientada por Helgio Trindade. Alguns destes trabalhos elucidaram, em parte, o contexto de pressões políticas em que a UFRGS se encontrava antes do golpe, com a greve nacional do terço, onde, nas palavras de Aldo Arantes (presidente da UNE à época), "a compreensão de que a democratização da universidade estava relacionada com a democratização do próprio Estado"⁴.

Em 1966, período onde começa o recorte dos marcos legais analisados por esta pesquisa, já haviam sido extintas as entidades estudantis e seus líderes haviam sido perseguidos nos anos anteriores. A intervenção militar fez com que o movimento estudantil pós-64 mudasse sua estratégia de atuação, por razões óbvias, mas manteve - mesmo que numa perspectiva conservadora - a luta pela reforma universitária. Como exemplo, podemos citar o IV Seminário pela Reforma Universitária de Santo Ângelo, que contou com a presença e pronunciamento do

² Versão em português da tese de PhD do autor na Universidade de Glasgow, sob o título *State, Class and the Organic Elite: The Formation of the Entrepreneurial Order in Brazil, 1961-1965*, defende que a coalizão vitoriosa em 1964 foi articulada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e organizou os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado, conformando o que o autor denomina como "ordem empresarial" ("entrepreneurial order").

³ Ver: PINTO, Magda Oliveira (2010). *A Reforma universitária como política estudantil: A UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da UFRGS, sob orientação do professor Dr. Helgio Trindade. Ver também: MACHADO, Otavio Luiz (2014). *A resistência estudantil ao golpe civil-militar de 1964 na cidade de Ouro Preto-MG. SEMINÁRIO 1964-2014: Um Olhar Crítico, para Não Esquecer*. UFMG, Belo Horizonte, 2014.

⁴ VÁRIOS. *A História da UNE*. Vol. 1: Depoimentos de ex-dirigentes. Coleção História Presente Volume 4. Editorial Livramento. Butantã, 1980. p.16.

então senador Tarso Dutra⁵. Esse novo contexto nos permite compreender melhor, apesar das cassações e aposentadorias realizadas pelo AI-5, as pressões entrecruzadas durante os processos decisórios que permearam, na UFRGS, as reitorias de José Carlos Milano e Eduardo Zácara Faraco. Se o movimento estudantil foi “domesticado” pela ação dos militares - inclusive pelos efeitos do Decreto-Lei n.º 477/69⁶ - houve também um efeito transnacional evidenciado pelas rebeliões de 1968, que reavivou as mobilizações e, com as manifestações de massa como a passeata dos cem mil (26/6/68), ativou o interesse do MEC por retomar em novas bases a problemática da “reforma” universitária.

Considerando o eixo dessa problemática, uma referência importante foi o conjunto de rebeliões de 1968 (França, Berlim, Califórnia, México e outros países) que questionaram as estruturas das universidades tradicionais e repercutiram em vários outros países, inclusive no Brasil, com o renascimento do movimento estudantil nacional em plena ditadura, trazendo de volta a bandeira da reforma universitária e as mobilizações que pressionaram o governo militar⁷ a tomar uma série de medidas, sendo uma das mais importantes a criação de um grupo de trabalho constituído por uma comissão integrada⁸ para definir o projeto de “reforma universitária”, que foi a base doutrinário-legal para a futura Lei n.º 5.540, de 1968. É importante salientar que as Universidades viram-se obrigadas a se reestruturar a partir da nova legislação, que propunha um novo modelo organizacional para as mesmas. Este novo modelo objetivava conformar a universidade - historicamente uma “instituição social” - numa “organização complexa”⁹, cujo modelo estava em

⁵ Realizado em maio de 1961 e promovido pelo Diretório Estadual de Estudantes (DEE). Denominado oficialmente como “*Entidade Assistencial e Cultural dos Acadêmicos Gaúchos*” - instituição criada em substituição à União Estadual de Estudantes (UEE) - o evento discutia algumas das pautas dos movimentos de reforma pré-64 como a paridade da representatividade estudantil dentro das universidades.

⁶ O Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fev. de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades”, foi um ato do presidente Artur da Costa e Silva durante a ditadura e punia professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime com a expulsão.

⁷ Além da forte repressão que resultou na morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto.

⁸ Criado pelo Decreto-Lei 62.937/68, o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária foi presidido pelo então Ministro da Educação Tarso Dutra; e constituído por Antonio Moreira Couceiro, Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, Haroldo Leon Perez, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros, Valnir Chagas - personalidades importantes no que tangia a educação brasileira - e os estudantes João Carlos Moreira Bessa e Paulo Bouças, que acabaram declinando suas nomeações.

⁹ A idéia de universidade enquanto organização complexa tem como referência os estudos de Rice e Etzioni sobre o funcionamento das organizações universitárias. Ver em: RICE, A. Ken. *The Modern University: a model organization*. London, Tavistock, 1970. ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1980.

voga no meio empresarial e foi transposto para a estrutura das universidades, buscando mais a "modernização universitária" do que sua reforma mais abrangente, como nos termos do período anterior ao golpe civil-militar.

As críticas ao arcabouço legal daquele período foram vocalizadas por Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Valnir Chagas, Luiz Pilla entre outros pensadores da educação no Brasil, evidenciando a problemática controversa entre o modelo de referência que se buscava implementar e o modelo que de fato foi instituído. As decisões registradas pelo Conselho Universitário atuante no período entre 1966 e 1972, a relação estabelecida entre a universidade e a empresa paulista de consultoria e planejamento, ASPLAN S.A., bem como o trabalho desenvolvido pela consultora, constituem o referencial utilizado para a construção narrativa desta pesquisa. O conteúdo do documento desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU) - que tinha como missão "estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" (Decreto n.º 62.937, *in*: RELATÓRIO GTRU, 1968) - e suas orientações, bem como as determinações da Lei nº 5.540/68, foram a referência utilizada para que se pudesse identificar os pontos convergentes entre as discussões propostas em estudos anteriores sobre o tema, as informações obtidas na pesquisa dos documentos e as mudanças estruturais de fato implementadas na UFRGS.

O fulcro desta pesquisa encontra-se na análise da estratégia adotada pela UFRGS ao buscar o apoio de uma empresa de consultoria (ASPLAN S./A.) durante o processo de reestruturação institucional da universidade, e nas deliberações entre a reitoria e o Conselho Universitário presentes nas atas das reuniões do mesmo conselho: desde os primeiros documentos destinados a "reformulação" do ensino superior brasileiro - de 1966 até 1968, quando foi aprovada a Lei n.º 5.540 - até o processo de implementação das novas determinações legais pela instituição, ao longo da década de 1970. O problema de pesquisa se traduz, a luz de fontes consistentes¹⁰, em identificar a influência da ASPLAN no diagnóstico, desenho

¹⁰ Coleção Universidade da Biblioteca Central da UFRGS, atas das reuniões deliberativas do Conselho Universitário do período, documento Diretrizes para uma Reforma Universitária, Projeto de Reestruturação da UFRGS, relatório de gestão do Reitor Eduardo Z. Faraco, Plano Global e demais documentos desenvolvidos e assinados pela consultora ASPLAN S./A., bem como diversos outros documentos pertencentes aos arquivos da Universidade.

institucional e diretrizes destinadas a atender as exigências legais, buscando verificar em que medida o modelo de referência proposto para as universidades sofreu interferência - ou não - de conceitos e ideias alheios aos absorvidos pela instituição universitária até então, uma vez que se discorre sobre um recorte temporal onde se buscava a modernização da organização universitária e não a sua reforma propriamente dita.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizei como base bibliográfica os estudos sobre a universidade durante o período de ditadura militar feitos por Luiz Antônio Cunha, Rodrigo Patto Sá Motta, Anísio Teixeira e Florestan Fernandes - que criticaram publicamente a “reforma” – e as análises produzidas *ex post facto* por Demerval Saviani; Helena Bomeny e Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. A pesquisa foi construída a partir do estudo descritivo do processo de reestruturação da UFRGS, considerando as implicações causadas pelos Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67, bem como a Lei n.º 5.540/68 e o Plano Global proposto pela ASPLAN. Para tanto, fez-se a análise documental das atas de reuniões do Conselho Universitário (CONSUN), dos primeiros estudos sobre reforma universitária - elaborados pela Comissão de Planejamento do Conselho Universitário da UFRGS (Diretrizes para uma Reforma Universitária, 1966) e comentados pelo parecer da Comissão de Ensino e Recursos ao final do mesmo documento - e do supra referido Plano Global (1970), apresentado pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN S.A.) em onze volumes. Também foram analisadas normativas, estatutos, regimentos, relatórios de gestão dos reitores que exerceram mandato no período - em especial os Reitores José Carlos Milano e Eduardo Zácara Faraco -, documentos oficiais emitidos pela Universidade durante o período, bem como os textos dos Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67, o anteprojeto proposto pelo Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), o texto da Lei n.º 5.540/68, suas determinações e comentários. Algumas entrevistas, realizadas com professores¹¹ que participaram de forma direta dos processos decisórios daquele período, auxiliaram na compreensão da dimensão das relações entre a reitoria, os membros do CONSUN e a consultora contratada para apoiar o processo de reestruturação da universidade.

¹¹ Foram realizadas entrevistas com os professores Francisco Pedro Pereira De Souza, Roberto da Costa Facchin, Gerhard Jacob e Ruben George Oliven, apesar de nem todas terem sido utilizadas no texto final da pesquisa. Também foi utilizada uma entrevista com o professor Manoel Luiz Leão, feita por Helgio Trindade por ocasião de outra pesquisa, em janeiro de 2000.

As tipologias e modelos de análise de políticas públicas propostos por Peter Hall & Rosemary Taylor, Theodor Lowi, James Mahoney & Kathleen Thelen, e Paul A. Sabatier serviram como parâmetro analítico para que se pudesse compreender melhor a mudança institucional vivida pela UFRGS e o papel dos atores envolvidos neste processo. A revisão bibliográfica referente à trajetória da universidade pública no Brasil, em especial da UFRGS, bem como a breve análise do projeto de educação previsto no plano de governo proposto pela ditadura civil-militar, a influência da teoria do capital humano de Theodore W. Schultz e Gary Becker em sua estrutura; e o entendimento da universidade como uma “organização complexa” - presente na teoria estruturalista do campo da administração e observado nos estudos de Albert Kenneth Rice e Amitai Etzioni - sustentam as discussões a respeito do modelo universitário que se buscava implementar com as determinações legais promulgadas no período.

Essa pesquisa parte da perspectiva do institucionalismo histórico, considerando o *path dependence* como argumento explicativo para que se possa compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelo processo de mudança institucional da UFRGS e a importância da ação dos membros da reitoria e Conselho Universitário, do movimento estudantil e do próprio governo frente ao contexto político e seus arranjos institucionais. Neste sentido o estudo aqui apresentado divide-se em duas partes: o primeiro e o segundo capítulos estruturam-se a partir da breve revisão sobre a influência das ditaduras dos países do Cone Sul e da exceção brasileira que - em meio a um contexto de pressões e repressões - manteve a instituição universitária, incluindo seu projeto de "reforma" no plano de governo e promulgando um novo arcabouço legal que acaba por modernizar, em lugar de reformar, o modelo de universidade vigente até então no país. O terceiro e quarto capítulos se voltam para o estudo do objeto a partir das fontes disponíveis, analisando o processo de reestruturação da UFRGS a partir do contexto político em que a universidade se encontrava, considerando as escolhas feitas durante a sua trajetória, as interferências causadas pelo comportamento dos atores centrais - CONSUN, MEC, reitoria, movimento estudantil e CFE - e pelo novo modelo de referência imposto pela ditadura civil-militar, bem como a atuação da ASPLAN ao longo do processo de "reforma".

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. **O beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARON, Raymond. **A Revolta Estudantil**. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

ASPLAN. **Proposta para a Elaboração do Plano Global Dirigida ao Reitor Eduardo Faraco**. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1968.

ASPLAN. **Plano Global**. 11 volumes. Porto Alegre, janeiro de 1970.

ATCON, Rudolph Philippi. **La Universidad Latinoamericana**: Clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina. Bogotá: Christian HÁ, 2009. Extraído de: <https://pt.scribd.com/document/20891378/La-Universidad-Latinoamericana-clave-para-un-enfoque-The-Latin-American-university-a-key-for-an-intergrated-ap> Acesso em: 23 de set. de 2018.

ATCON, Rudolph Philippi. **Rumo a Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966. Extraído de: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001610.pdf> Acesso em: 13 de set. de 2018.

ATTALI, Jacques. **Pour un Modèle Européen d'enseignement Supérieur**. Paris: Ministère de l'éducation nationale, de la recherche et de la technologie, 1998.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BEIGEL, Fernanda. Centros y Periferias en la Circulación Internacional del Conocimiento. Nueva Sociedad - Democracia y Política en América Latina. n.º 245 - maio-jun. de 2013. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/centros-y-periferias-en-la-circulacion-internacional-del-conocimiento/> Acesso em: 28 de set. de 2018.

Bomeny, Helena. **A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo, vol. 26, n.9, p.51-65. 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm Extraído em: 20 de out. de 2018.

BRASIL - GOVERNO CASTELO BRANCO | **Reestruturação das Universidades Brasileiras:** Anteprojeto do Decreto-Lei n.º 53. Distrito Federal: Nov. de 1966.

BRASIL - GOVERNO COSTA E SILVA | **Reestruturação das Universidades Brasileiras:** Anteprojeto do Decreto-Lei n.º 252. Distrito Federal: Fev. de 1967.

BRASIL - GOVERNO COSTA E SILVA | **Reforma Universitária:** Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo decreto n.º 62.973/68. Distrito Federal: Set. de 1968.

BRASIL, LDB. Lei n.º 4.024 de dez. de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dez. de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm > Acesso em: 10 de nov. de 2018.

BRASIL. Lei n.º 4.464, de 9 de nov. de 1964. Diário Oficial da República. Brasília, 10 de nov. de 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>> Acesso em: 22 de jul. de 2018.

BRASIL. Decreto-lei n.º 53, de 18 de nov. de 1966. Diário Oficial da República. Brasília, 19 de nov. de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 5 de nov. de 2018.

BRASIL. Decreto-lei n.º 228, de 28 de fev. de 1967. Diário Oficial da República. Brasília, 1º de mar. de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-norma-pe.html>> Acesso em: 25 de jul. de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 252 de 28 de fev. de 1967. Diário Oficial da República. Brasília, 1º de mar. de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5 de nov. de 2018.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de nov. de 1968. Diário Oficial da República. Brasília, 29 de nov. de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 30 de jun. de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fev. de 1969. Diário Oficial da República. Brasília, 12 de fev. de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-464-11-fevereiro-1969-376438-norma-pe.html>>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fev. de 1969. Diário Oficial da República. Brasília, 27 de fev. de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm >. Acesso em: 25 de jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. Brasília: MEC, 1968.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: revisão de 1965: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AT/impresso/plano-nacional-de-educacao-revisao-de-1965> > Acesso em: 07 de ago. de 2018.

CASTELLO BRANCO, Humberto. *In*: BRASIL. Presidência da República. **Mensagens presidenciais**: 1964-1979. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 1979. p. 59-60.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

COHN-BENDIT, D.; SAUVAGEOT, J.; GEISMAR, A.; DUTEIL, J-P. **La Révolte Etudiante**. Paris: Seuil, 1968.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A Contribuição da Sociologia para a Análise de Políticas Públicas**. São Paulo: Lua Nova, 2012, n.º 87.

COUTINHO, Gledson Luiz. **Administração Universitária**: A reforma de 1968. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2009.

CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972)**: Uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. 2009, 213f. Dissertação de Mestrado - Unisinos, Porto Alegre, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica**: O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**. O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUTRA, Tarso. Pronunciamentos *In*: Pesquisa bibliográfica. Câmara dos Deputados. CD. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/> > Acesso em: maio-ago. de 2018.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade Brasileira**: Em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: Das origens à reforma universitária de 1968. Curitiba: Educar, n.º 28, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da Universidade Modernizada a Universidade Disciplinada**: Acton e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 64-90.

GERMANO, W. J. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 -1985)**. Campinas: Editora Cortez, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GUADILLA, Carmen García. **Pensadores y Forjadores de la Universidad Latinoamericana**. Caracas: IESALC- UNESCO/CENDES/Bid, 2008.

GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. **UFRGS - Identidade e Memórias 1934 - 1994**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 1994.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As Três Versões do Neoinstitucionalismo**. Lua Nova, n. 58, 2003 (p. 193 - 223). Extraído de: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf> Acesso em: 28 de set. de 2018.

HANDERSON, A. **Policies and Practices in Higher Education**. New York: Harper, 1960.

HOLZMANN, Lorena et al. **Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS**, 2ª ed., Porto Alegre: L&PM editores, 1979.

KNILL, Christoph; TOSUN, Jale. Policymaking. *In*: CARAMANI, Daniele (ed). **Comparative Politics**. Oxford: University Press, 2008.

LOWI, Theodore J. **American Business, Public Policy, Case Study and Political Theory**. World Politics, v.16, n.º 4, p. 677-715, jul./ago, 1964.

LOWI, Theodore J. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. Public Administration Review, v. 32, n.º. 4, p. 298-310, jul/ago, 1972.

LOWI, Theodore J. The State in Politics: The relation between policy and administration. *In*: NOLL, Roger G. (Ed.). **Regulatory Policy and Social Sciences**. Berkeley: University of California Press, 1985, p. 67-105.

MACHADO, Otavio Luiz (2014). **A resistência estudantil ao golpe civil-militar de 1964 na cidade de Ouro Preto-MG**. SEMINÁRIO 1964-2014: Um Olhar Crítico, para Não Esquecer. UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MAHONEY, J.; THELEN, K. **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: University Press, 2009.

MATTEUCCI, Nicola. Sessão 1 - Università e Mutamento Sociale. *In*: **L'università nel Mondo Contemporaneo**. Milano: Bompiani, 1991.

MAWHINNEY, Hanne. An Advocacy coalition approach to change in canadian education. *In*: JENKINS-SMITH, Hank; SABATIER, Paul. **Policy change and**

learning: An Advocacy Coalition Approach. Boulder: Westview Press, p. 59-82, 1993.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amauri. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa Social.** Questões, Métodos e Processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC-UFRGS. **Relatório da Gestão Eduardo Zaccaro Faraco 1968-1972.** Porto Alegre: UFRGS, 1972.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar:** Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. **Transitions From Authoritarian Rule - Tentative Conclusions About Uncertain Democracies.** Baltimore: John Hopkins, 1986.

PAGLIOLI, Elyseu. **Uma Fase em sua História 1952 - 1964.** Porto Alegre: UFRGS, 1978.

PELEGRINI, Sandra C.A. **A UNE nos Anos 60:** Utopias e políticas no Brasil. Londrina: Editora UEL, 1968.

PERKINS, James A. **The University as an Organization.** New York: McGraw-Hill, 1973.

PINTO, Magda Oliveira. **A Reforma universitária como política estudantil:** A UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68). 2010, Dissertação de Mestrado – Instituto de Educação. UFRGS. Porto Alegre, 2010.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem:** História da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRESTES MOTTA, Fernando C. **O Estruturalismo na Teoria das Organizações.** Revista de administração de empresas, E.A.E.S.P., 1970, p. 10.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RICE, A. Ken. **The Modern University: A model organization**. London: Tavistock, 1970.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. The advocacy coalition framework: An assessment. In SABATIER, P.A (Ed.). **Theories of the Policy Process**. Boulder: Westview Press, 1999. p. 117-166.

SABATIER, P.; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In SABATIER, P.A (ed.). **Theories of the Policy Process**. 2ª ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SANTOS Nilton (Org.). **História da UNE v.1 depoimentos de ex- dirigentes**. Coleção história presente v. 4: São Paulo: editorial Livramento, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação (LDB): Trajetórias e Limites**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf> Extraído em: 20 de out. de 2018.

SCHULTZ, T. W. **O Capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, T. W. **O Valor Econômico Da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOARES, Mozart Pereira; SILVA, Pery Pinto Diniz da. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 a 1964**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 1992.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n.º 16, 2006, p. 20-45.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **Os Empresários e a Educação: O IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes: 1981.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TRINDADE, Helgio. **A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro.** Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n.º 33, p. 129-164, jul., 2011.

TRINDADE, Helgio. **Saber e Poder: os dilemas da universidade brasileira.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n.º 40, p. 122-133, set./dez., 2000.

TRINDADE, Hélgio. Bases da Democracia Brasileira: Lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). *in:* ROUQUÉ, LAMOUNIER e SCHVARZER (Org.) **Como Renascem as Democracias.** Brasília: Ed. Brasiliense, 1985

TRINDADE, Helgio; BLANQUER, Jean-Michel (Org.). **Os Desafios da Educação da América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TÜNNERMANN, Carlos Bernheim. **Noventa Años de la Reforma Universitária de Córdoba: 1918 - 2008.** Nicarágua: CLACSO, 2008.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1964, Porto Alegre.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1965, Porto Alegre.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1966, Porto Alegre.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1967, Porto Alegre.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1968, Porto Alegre.

UFRGS. **Atas Deliberativas.** Conselho Universitário. 1969, Porto Alegre.

UFRGS. **Comissão de Planejamento.** Diretrizes para uma Reforma Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 1966.

UFRGS. **Comissão de Planejamento.** Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1967.

UFRGS. **Estatuto Universitário.** Porto Alegre, 1970.

UFRGS. **Estatuto Universitário**. Porto Alegre, 1995.

UFRGS. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**, Anais da Conferência Mundial sobre Educação Superior, Paris, UNESCO, CRUB, CAPES, 1998.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA y otros. **La Reforma Universitaria: 1918 - 1988**. Buenos Aires: Legasa Literária, 1989.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O Diálogo da Violência**: O movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

VON BERTALANFFY, Ludwig. **General System Theory**. New York: George Brazilier, 1968.

WEIBLE, Christopher M. **An Advocacy Coalition Framework Approach to Stakeholder Analysis**: Understanding the Political Context of California Marine Protected Area Policy. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 17, p. 95-117, 2006.